

CIN 7110 – PLANO DE ENSINO (2015.1)

1 IDENTIFICAÇÃO

DISCIPLINA: CIN 7110 – Políticas de Informação

CARGA HORÁRIA: 54h semestrais / 3h semanais

PROFESSOR: Moisés Lima Dutra (moises.dutra@ufsc.br)

OFERTA: Curso de Arquivologia (optativa)

HORA E LOCAL: Quartas-feiras, das 07h30 às 10h00, sala 604

2 EMENTA

Indivíduo e seu ambiente sócio-cultural-econômico. Informação e construção da cidadania. Direito de uso, produção e acesso à informação. Políticas nacionais e internacionais para arquivos. Direito autoral. Legislação arquivística. Órgãos de fomentos públicos e privados. Chamadas e editais.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral: Proporcionar um espaço de estudo, reflexão e prática sobre as políticas públicas de informação e legislação arquivística.

3.2 Específicos:

- Conhecer a legislação Arquivística, no que tange às políticas de informação.
- Relacionar o uso da informação como ferramenta de construção da cidadania.
- Especificar os diversos aspectos relacionados ao acesso à informação no Brasil, nos três níveis governamentais.
- Identificar categorias e agentes classificadores de documentos sigilosos públicos e privados.
- Discutir as políticas de direitos autorais.
- Identificar órgãos de fomento públicos e privados.
- Conhecer políticas de informação implementadas em outros países.

4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4.1 Acesso e direito à informação no Brasil

- 4.1.1 Políticas públicas: história e conceituação
- 4.1.2 Lei de acesso à informação
- 4.1.3 Legislação arquivística
- 4.1.4 Documentos sigilosos
- 4.1.5 Arquivos federais, estaduais e municipais
- 4.1.6 Arquivos públicos na Internet

4.3 Políticas de informação em outros países

- 4.3.1 Políticas internacionais para arquivos

4.2 Informação e cidadania

- 4.2.1 O indivíduo e seu ambiente sócio-cultural-econômico
- 4.2.2 Direito autoral
 - 4.2.2.1 Propriedade intelectual
 - 4.2.2.2 Copyright e copyleft
 - 4.2.2.3 Domínio público
 - 4.2.2.4 Direito autoral na Internet
- 4.2.3 Direito de uso
 - 4.2.3.1 Licença livre
 - 4.2.3.2 Acesso aberto

5 METODOLOGIA

Aulas expositivas com discussão em classe dos tópicos apresentados. Aulas de laboratório, atividades de sala e trabalhos de casa individuais. Mini-seminários e um projeto final completam o conjunto de ferramentas com as quais os alunos trabalharão os conhecimentos desenvolvidos durante a disciplina.

O Moodle (<http://moodle.ufsc.br/>) será utilizado como instrumento de suporte da disciplina, devendo o mesmo, portanto, ser **consultado todas as semanas** pelos alunos.

6 AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução do Conselho Universitário 017/Cun/97, de 30/09/97:

- ❖ A frequência mínima obrigatória é de 75% das aulas.
- ❖ Em caso de falta no dia da avaliação (prova, apresentação de trabalho ou seminário), encaminhar justificativa e pedido formal à Chefia do Departamento de Ciência da Informação, no prazo de três (3) dias úteis.
- ❖ O aluno que obtiver nota final entre 3,0 e 5,5 e frequência suficiente poderá, ao final do semestre, realizar uma prova de recuperação de todo o conteúdo.
- ❖ A nota final será calculada a partir da **média simples entre a nota final** obtida durante o semestre e a **nota obtida na prova de recuperação**.

Avaliações:

- Serão realizadas através de avaliações escritas (**AE**), mini-seminários (**MS**), trabalhos práticos (**TP**) e de um projeto final (**PJ**).
- As avaliações escritas são compostas de **duas provas escritas** individuais e sem consulta.
- Os trabalhos práticos consistem de **uma atividade de casa escrita e de eventuais trabalhos de laboratório**.
- Os mini-seminários consistem de **duas apresentações** sobre temáticas sorteadas durante as aulas.
- O projeto final é uma **atividade individual desenvolvida ao longo do semestre**, composta de um artigo e de uma apresentação final.

A média final (**MF**) será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{MF = 0.4(AE) + 0.15 (MS) + 0.1(TP) + 0.35(PJ)}$$

- Arredondamentos de notas **só serão feitos com a Média Final (**MF**)**.

7 BIBLIOGRAFIA

Básica

- ACESSO a informação e política de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMINO, João. O Segredo e a Informação: ética e política no espaço público. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERREIRA, Fernando Nicolau Freitas; ARAÚJO, Márcio Tadeu de. Política de segurança da informação: guia prático para elaboração e implementação. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro (RJ): Ciência Moderna, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, v.29, n.6, p. 455, jan. 1991, Seção I.
- BRASIL. Decreto n. 2134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 27 de janeiro de 1997. Seção I.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. A política nacional de arquivos: a ação do Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: CONARQ, 1997.
- DIREITO autoral. Brasília (DF): Ministério da Cultura, 2006.
- DUCHEIN, Michel. *Los obstaculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de a información conservada en los archivos: un estudio del RAMP*. Paris: Unesco, 1983.
- FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. Brasil. Primer Borrador de Relatório sobre la situación del patrimonio documental de América Latina. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 1999.
- JARDIM, José Maria. Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995.
- _____. *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EDUFF, 1999.
- LE COADIC, Aves. *Usage et usagers de l'information*. Paris: Nathan, 1997.
- LEVY, Pierre. As tecnologias de inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- MARTÍNEZ COMECHE, Juan Antonio. *Teoría de la información documental y de las instituciones documentales*. Madrid: Síntesis, 1995.
- MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso à informação e política de arquivo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

Complementar

- AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro.
- BARRETO, A. de A. Políticas Nacionais de Informações: discurso ou ação. **DataGamaZero**, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/abr03/Ind_com.htm>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____ (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: PalgraveMacmillan, 2004. Disponível em: <http://www.uwm.edu/~braman/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- CEPIK, Marco A.; OLIVEIRA, ElkeR. de. Informação e Cidadania: democracia e eficiência para a administração pública. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Legislação Arquivística Brasileira. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48>>. Acessado em 11 jun.2012.
- CÔRTEZ, Maria Regina PersechiniArmond. Arquivo Público e Informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil. 1996. Mestrado em Ciência da Informação. Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.
- COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varela. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.3. n.5. p. 75-92, 1990.
- DOMINGUEZ LUIS, José Antonio. El derecho de información administrativa: información documentada y transparencia administrativa. Civitas: Revista Española de Derecho Administrativo. Madrid, n.88, out/dez. 1995.
- FONSECA, Maria Odila. Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais. Rio de Janeiro. 1996. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings...** Alberta, 1995. Disponível em: <<http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>> Acesso em: 11 jun. 2012.
- GUIMARÃES E SILVA, Júnia. Socialização da Informação Arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação. Rio de Janeiro. 1996. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GOMES, Sandra Lúcia Rebel, MARCONDES, Carlos Henrique. O impacto da Internet nas bibliotecas brasileiras. Transinformação. Campinas, v. 9, nº 2, maio/agosto, 1997.
- GONTIJO, M. Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir

do conceito de regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 179-188, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/406/217>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

GONZALES DE GÓMEZ, M. N. de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, p.27-40, jan./abr., 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/170/149>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; SOBREIRA, R. V. Políticas e gestão da informação pública. **Informação e Sociedade: Estudos**, v. 17, n. 2, p.109-118, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/632/1451>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

JARDIM, José Maria. A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. *Revista do Serviço Público*. Brasília, v. 119, n.1, jan./abr. 1995.

JARDIM, José Maria; MARCONDES, Carlos Henrique. Políticas de Informação Governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. **DataGramaZero**, v. 4, n. 2, abr. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr03/Art_04.htm>. Acesso em: 11 jun. 2012.

MCCLURE, C. R.; JAEGER, P. T. Government information policy research: Importance, approaches, and realities. **Library & Information Science Research**, v. 30, n. 4, p. 257– 264, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740818808000753>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

MUELLER, M.; LENTZ, B. Revitalizing Communication and Information Policy Research. **The Information Society**, v. 20, p. 155–157, 2004. Disponível em: <<http://www.indiana.edu/~tisj/readers/full-text/20-3.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da administração pública federal em Brasília. Brasília, 1997. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 547-565, 2008. Disponível em: <http://wiki.dbast.com/images/1/1a/Journal_of_Information_Science_-_Information_policies-_yesterday_today_tomorrow.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

OVERDEVEST, C. Treadmill politics, information politics, and public policy: toward a political economy of information. **Organization Environment**, v. 18, n. 1, p. 72-90, Mar. 2005. Disponível em: <<http://oae.sagepub.com/cgi/content/abstract/18/1/72>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

PEREIRA NETO, Claudite. Instituições arquivísticas na internet: uma análise de home-pages. Niterói. 1997. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Arquivologia. Universidade Federal Fluminense.

PESSERL, Alexandre Ricardo. A Biblioteca pública digital: direito autoral e acesso na sociedade informacional. Florianópolis, SC, 2011. 180 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2011.

SENRA, N. de C. Regime e política de informação estatística. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 75-85, jul., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 jun. 2012.

SILVA, Guilherme Coutinho. Acesso às obras fonográficas na sociedade informacional: as relações com o Sistema Internacional de Direito Autoral. Florianópolis, SC, 2011. 163 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2011.

SOUZA, Renato Tarcísio Barbosa de. Arquivos administrativos e massas documentais acumuladas: busca de novas soluções para velhos problemas. Brasília, 1995. Dissertação de Mestrado de Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília.

VILLAVERDE MENÉNDEZ, Ignacio. Estado democrático e información: el derecho a ser informado. Asturias: Junta General del Principado de Asturias, 1994.

****Recomenda-se aos alunos a pesquisa em teses, dissertações e no Portal de Periódicos da CAPES.***

8 CRONOGRAMA		
AULA	DATA	CONTEÚDO
1	11/03	Apresentação da Disciplina. Políticas Públicas de Informação: História e Conceituação.
2	18/03	Lei de Acesso à Informação.
3	25/03	Informação e Direitos Humanos.
4	01/04	Legislação Arquivística Brasileira e o Acesso à Informação.
5	08/04	Documentos Sigilosos.
6	15/04	Arquivos Públicos Brasileiros na Rede.
7	22/04	Informação na Internet.
8	29/04	Prova Escrita Individual 1.
9	06/05	Software Livre. Direito Autoral e Propriedade Intelectual na Web.
10	13/05	Atividade extra-classe.
11	20/05	Crimes Cibernéticos. Marco Civil da Internet.
12	27/05	Partidos Piratas.
13	03/06	Lei de Imprensa e Direito de Resposta.
14	10/06	Prova Escrita Individual 2.
15	17/06	Apresentações Trabalhos Finais.
16	24/06	Apresentações Trabalhos Finais.
17	01/07	Apresentações Trabalhos Finais.
18	08/07	Prova de Recuperação.